

## Encerramento da MINUSMA no Mali e o futuro das operações de paz de estabilização\*

Letícia Carvalho\*\*  
Geraldine Rosas Duarte\*\*\*  
Mateus Almeida Melo\*\*\*\*

### RESUMO

Neste artigo, discutiremos o processo que levou ao encerramento da MINUSMA, operação de paz de estabilização realizada pela ONU no Mali entre 2013 e 2023, e faremos uma breve análise conjuntural desse momento de retirada, considerando seus desdobramentos tanto em relação à situação política no país, quanto aos abusos e violações de direitos humanos sofridos pela população civil, tendo em vista que a estabilidade e a proteção de civis estavam entre os principais objetivos da missão quando foi desdobrada. Metodologicamente, o trabalho se baseia na análise qualitativa de dados sobre o desempenho da MINUSMA no Mali ao longo de seu mandato, e sobre a situação política no país hoje, com foco na ocorrência de episódios violentos e fatalidades, em possíveis avanços relacionados ao processo político de resolução do

---

\* Este texto é resultado de pesquisa desenvolvida com recursos do Fundo de Incentivo à Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (FIP 2023/29009-1S) e os autores são gratos pelo apoio recebido.


\*\* Bacharel e mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e doutora em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente, é professora do Departamento de Relações Internacionais e pesquisadora do Observatório de Cooperação Internacional (OCI) da PUC Minas. Contato: leticiacarvalho@pucminas.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1786-971X>

\*\*\* Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário UniBH, mestre em Relações Internacionais e doutora em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Atualmente, é professora do Departamento de Relações Internacionais e pesquisadora do Observatório de Cooperação Internacional (OCI) da PUC Minas. Contato: geraldine@pucminas.br

 <https://orcid.org/0000-0001-8133-806X>

\*\*\*\* Estudante do curso de bacharelado em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e estagiário de pesquisa do Observatório de Cooperação Internacional (OCI). Contato: mateus.melo.1327307@sga.pucminas.br

 <https://orcid.org/0009-0005-7671-0468>

conflito e à proteção de civis. As principais fontes utilizadas foram documentos e relatórios da própria ONU, de organizações não-governamentais e institutos de pesquisa sobre o Mali, de forma geral, e sobre as atividades e o processo de retirada da MINUSMA, especificamente.

**Palavras-chave:** Mali, MINUSMA, estabilização, operações de paz, ONU

## **El cierre de la MINUSMA en Mali y el futuro de las operaciones de paz de estabilización**

### **RESUMEN**

En este artículo abordaremos el proceso que condujo al cierre de la MINUSMA, la operación de paz de estabilización que la ONU desplegó en Malí entre 2013 y 2023, y realizaremos un breve análisis coyuntural de este momento de retirada, considerando sus consecuencias tanto en términos de la situación política del país como de los abusos y violaciones de derechos humanos sufridos por la población civil, dado que la estabilidad y la protección de los civiles figuraban entre los principales objetivos de la misión en el momento de su despliegue. Metodológicamente, el trabajo se basa en un análisis cualitativo de datos sobre la actuación de la MINUSMA en Malí a lo largo de su mandato, y sobre la situación política del país en la actualidad, con especial atención a la ocurrencia de episodios violentos y víctimas mortales, los posibles avances relacionados con el proceso político de resolución del conflicto y la protección de la población civil. Las principales fuentes utilizadas fueron documentos e informes de la propia ONU, organizaciones no gubernamentales e institutos de investigación sobre Mali en general y sobre las actividades de la MINUSMA y el proceso de retirada en particular.

**Palabras clave:** Malí, MINUSMA, estabilización, operaciones de paz, ONU

## **The end of MINUSMA in Mali and the future of stabilization peace operations**

### **ABSTRACT**

In this article, we will discuss the process that led to the ending of MINUSMA, the stabilisation peace operation carried out by the UN in Mali between 2013 and 2023, and we will make a brief conjunctural analysis of this moment of withdrawal, considering its consequences both in terms of the political situation in the country and the abuses and human rights violations suffered by the civilian population, bearing in mind that stability and the protection of civilians were among the mission's main objectives when it was deployed. Methodologically, the work is based on a qualitative analysis of data on MINUSMA's performance in Mali throughout its mandate, and on the political situation in the country today, with a focus on the occurrence of violent episodes and fatalities, possible advances related to the political process of conflict resolution and the protection of civilians. The main sources used were documents and reports from the UN itself, non-governmental organizations and research institutes on Mali in general and on MINUSMA's activities and withdrawal process specifically.

**Keywords:** Mali, MINUSMA, stabilization, peace operations, United Nations

## 1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2023, a MINUSMA (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali), operação de paz realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Mali, encerrou oficialmente suas atividades depois de uma década de trabalho no país. No entanto, em vez do legado de paz e estabilidade que a missão pretendia deixar quando foi autorizada em 2013, o cenário que fica é de grande instabilidade política e altos índices de violência contra os civis. Neste artigo, discutiremos o processo que levou à decisão da ONU de encerrar a missão e faremos uma breve análise conjuntural desse momento de retirada, considerando seus desdobramentos tanto em relação à situação política, de forma geral, quanto à situação dos civis, especificamente, tendo em vista que a estabilidade e a proteção de civis estavam entre os principais objetivos da missão quando foi desdobrada.

A pergunta que motivou nossa investigação é: como o encerramento da MINUSMA afeta o processo político no Mali e as perspectivas de proteção de civis? Nossa hipótese de trabalho é que a retirada da operação dificulta o estabelecimento de acordos entre o governo e os grupos insurgentes, o que afeta negativamente as perspectivas de proteção dos civis no país. Sem a presença internacional, o governo local tem menos incentivos para negociar com seus opositores um processo de paz e mais liberdade para aprofundar parcerias que ampliam sua capacidade ofensiva contra eles, como acontece com o Grupo Wagner, o que acaba motivando respostas também mais violentas. Além disso, a saída da ONU dificulta o processo de monitoramento e investigação de abusos e violações de direitos humanos, e a prestação de assistência humanitária em várias regiões, tornando ainda mais frágeis as condições de vida da população local. Metodologicamente, o trabalho se baseia na análise qualitativa de dados sobre o desempenho da MINUSMA no Mali ao longo de seu mandato, e sobre a situação política no país hoje, com foco na ocorrência de episódios violentos e fatalidades, em possíveis avanços relacionados ao processo político de resolução do conflito e à proteção de civis. As principais fontes utilizadas foram documentos e relatórios da própria ONU, de organizações não-governamentais e institutos de pesquisa sobre o Mali e sobre as atividades e o processo de retirada da MINUSMA.

Em termos de sua organização, o artigo será dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, retomaremos, de forma breve, o histórico da presença da MINUSMA no Mali, com destaque para a crise de confiança que se instalou entre o governo local e a ONU e como ela acabou levando à decisão de encerrar a missão em 2023. Na segunda seção, faremos uma análise do processo de encerramento da MINUSMA e seus desdobramentos sobre a situação política no Mali, incluindo o aprofundamento dos confrontos entre o governo e seus

aliados e os grupos insurgentes, e a proliferação de denúncias de abuso e violações de direitos humanos. Finalmente, discutiremos, em linhas gerais, a relação entre a crise e o encerramento da MINUSMA e as perspectivas de futuro das operações de paz baseadas no modelo de estabilização. Em relação a isso, nosso argumento é que a crise e a posterior retirada da missão do Mali podem ser interpretadas como evidências da capacidade limitada do modelo de estabilização de contribuir para a resolução dos conflitos armados, sendo que o caso tem gerado desdobramentos negativos sobre as operações do mesmo tipo em curso atualmente na República Democrática do Congo (RDC) e na República Centro-Africana (RCA).

## 2. UMA DÉCADA DE PRESENÇA DA MINUSMA NO MALI. DA PROMESSA DE ESTABILIZAÇÃO À CRISE DE CONFIANÇA

A MINUSMA, juntamente com as operações de paz enviadas pela ONU para a República Democrática do Congo, a MONUSCO (United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo), em 2010, e para a República Centro-Africana, a MINUSCA (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic), em 2014, pode ser classificada como uma “operação de estabilização”, que caracteriza um novo período do *peacekeeping* da ONU. Diferentemente das chamadas “operações multidimensionais”, que incluíam um amplo leque de projetos de reconstrução, informados pelo nexos entre segurança, desenvolvimento e assistência humanitária, as operações de estabilização são enviadas para locais nos quais os conflitos armados seguem ativos, e recorrem ao uso robusto da força para restabelecer ou ampliar a autoridade estatal, combater os chamados *spoilers* dos processos de paz e atuar na proteção de civis (Duarte et al, 2022). Para muitos especialistas, a adoção da estabilização como um modelo para as operações de paz desafia os próprios pilares do *peacekeeping* da ONU – imparcialidade, consentimento e uso da força restrito à autodefesa – e aproxima as missões contemporâneas do *peace-enforcement*, já que elas usam a força para apoiar governos locais e contribuem para que eles alcancem vitórias militares sobre seus opositores, o que acaba desestimulando as autoridades a buscarem avanços mais significativos em processos de paz de longo prazo (Tull, 2017; Howard, 2019; Hunt, 2017).

Para De Coning (2023) essa combinação de fatores acaba se tornando uma espécie de armadilha para as operações de estabilização em curso atualmente: quanto mais elas priorizam a garantia de estabilidade, menos conseguem criar incentivos para que as elites políticas construam arranjos para equacionar suas incompatibilidades e, portanto, menos contribuem para a resolução do conflito e para a construção

de um futuro verdadeiramente estável. Além disso, o apoio à autoridade estatal em cenários nos quais não há processos políticos viáveis de resolução do conflito em curso, além dos referidos efeitos negativos sobre a situação local, acaba fazendo com que a ONU seja vista como parte desse conflito, o que compromete sua credibilidade entre as partes e, eventualmente, pode transformar os capacetes azuis em alvos de grupos insatisfeitos (Karlsruud, 2018). Com o tempo, não apenas a presença da ONU se torna mais frágil, como também a instabilidade política volta a crescer, o que favorece o retorno às armas por parte de grupos que se opõem ao governo e alimenta uma escalada de violência entre eles e os exércitos locais, agravando a situação dos direitos humanos e levando a crises humanitárias que afetam principalmente os civis. Tendo em vista esse debate recente na literatura sobre as operações de paz, nosso objetivo neste artigo é, tomando como base o estudo da experiência da MINUSMA no Mali, avaliar a pertinência desses argumentos, mostrando como o engajamento e o desengajamento dos *peacekeepers* impactou o processo político e a proteção dos civis ao longo do tempo.

A operação no Mali foi autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em abril de 2013, como resposta à deterioração da situação política no país, que incluía uma rebelião tuaregue, um golpe de Estado e uma intensa disputa pelo poder promovida por grupos extremistas islâmicos, especialmente na porção norte de seu território (United Nations Security Council [UNSC], 2013). O mandato original estabelecia quatro objetivos principais: (i) estabilização dos principais centros populacionais e apoio ao restabelecimento da autoridade estatal; (ii) apoio à implementação de um plano de transição; (iii) proteção de civis e do pessoal da ONU; e (iv) promoção e proteção dos Direitos Humanos (UNSC, 2013). Para realizá-los, a operação contava com orçamento de mais de 1 bilhão de dólares (UN Peacekeeping, 2023) e, na contramão da crise de financiamento que o *peacekeeping* de forma geral enfrenta, uma posição sólida do ponto de vista financeiro, chegando inclusive a emprestar dinheiro para outras missões no ano fiscal 2021-2022 (International Crisis Group [ICG], 2023b). O contingente a serviço da MINUSMA também foi expressivo durante todo seu período de atuação, ultrapassando 15.000 pessoas uniformizadas em campo, a maioria delas militares (UN Peacekeeping, 2023), autorizadas a “utilizar todos os meios necessários, até o limite de sua capacidade e nas áreas onde está posicionada, para cumprir seu mandato” (UNSC, 2013, p. 9, tradução livre)<sup>1</sup>. Além dos capacetes azuis, o mandato da MINUSMA autorizou a presença de um contingente francês, parte da operação contraterrorista Barkhane, como uma força paralela, que recebeu permissão para “utilizar todos os meios necessários, desde

---

<sup>1</sup> “to use all necessary means, within the limits of its capacities and areas of deployment, to carry out its mandate”.

o início das atividades até o final do mandato da MINUSMA, (...) para intervir em apoio aos elementos da MINUSMA quando estiverem sob ameaça iminente e grave, mediante solicitação do Secretário-Geral” (UNSC, 2013, p. 9, tradução livre)<sup>2</sup>.

Na prática, essas forças atuaram dando apoio ao governo, muitas vezes em parceria com ele, especialmente no combate a grupos insurgentes, o que seria parte do processo de restabelecimento da autoridade do Estado no território, priorizando a região da capital, Bamako, e o norte do país. Inicialmente, as ações militares foram bem-sucedidas e o número de mortes registradas em decorrência do conflito caiu drasticamente entre 2013 e 2016 (Armed Conflict Location and Event Data Project [ACLED], 2023). Essa impressão de sucesso foi reforçada pelo apoio da MINUSMA à organização de um processo eleitoral, ainda em 2013, e à negociação do Acordo de Algiers (Acordo para a Paz e Reconciliação no Mali) em 2015 (The Carter Center, 2023). Contudo, a situação de segurança se deteriorou rapidamente a partir de 2016, entre outras coisas, em função de falhas no cumprimento dos compromissos estabelecidos no acordo. Como apontou a Human Rights Watch (HRW, 2023), o documento não previa associação direta entre as partes e os arranjos de compartilhamento de poder, além de não conter mecanismos específicos de monitoramento. Como resultado, não houve avanço significativo no processo de implementação, o que motivou grupos insatisfeitos a retomarem as ações armadas, além de ter servido como justificativa para o surgimento de novos grupos que passaram a atuar de forma bastante violenta, atacando não apenas o exército malinês, como também a população civil e a própria ONU, o que culminou em uma nova onda de crescimento do número de episódios violentos e de fatalidades (ACLED, 2023).

A instabilidade se estendeu ao próprio governo e o país sofreu dois golpes militares sucessivos, em agosto de 2020 e maio de 2021 (HRW, 2023). Nesse período, as críticas à atuação da MINUSMA, inclusive por parte do governo, aumentaram significativamente, baseadas no argumento de que a missão não tinha mais capacidade de contribuir, de forma efetiva, para a estabilização do país (Norwegian Institute of International Affairs [NUPI], 2019). Usando isso como justificativa, as autoridades malinesas firmaram parcerias com empresas militares privadas, especialmente o Grupo Wagner, para auxiliarem no combate a milícias islâmicas e demais grupos insurgentes (ACLED, 2022) que, em 2022, controlavam cerca de 75% do território (ONU News, 2022). O recurso à violência, tanto por parte dos grupos insurgentes quando do governo e de seus parceiros, fez com que os abusos e violações de direitos

---

<sup>2</sup> “to use all necessary means, from the commencement of the activities of MINUSMA until the end of MINUSMA’s mandate as authorized in this resolution, to intervene in support of elements of MINUSMA when under imminent and serious threat upon request of the Secretary-General”.

humanos crescessem cerca de 47% apenas no primeiro semestre de 2022, em relação ao que tinha sido observado em 2021 (ONU News, 2022), e o número de mortes em decorrência da violência política no Mali foi cerca de cinco vezes maior em 2022 do que o que havia sido registrado em 2013, quando a MINUSMA começou a atuar (ACLED, 2023).

O distanciamento do governo em relação à ONU e sua aproximação cada vez maior com o Grupo Wagner contribuiu para isolar o país politicamente e foi um dos principais motivos para que a França decidisse retirar suas tropas da região, em novembro de 2022 (HRW, 2024a). A atuação do Grupo Wagner também foi o estopim da crise que levou ao encerramento da MINUSMA, entre outras coisas, depois que o grupo foi acusado de ser responsável, em conjunto com as Forças Armadas Malinesas, pelo chamado “Massacre de Moura”, que envolveu a execução sumária de cerca de 500 pessoas, a maior parte delas civis, além uma enorme lista de abusos e violações de direitos humanos, na vila de Moura, localizada no centro do país, em 2022 (HRW, 2023). O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com o apoio da MINUSMA, investigou o caso e, em maio de 2023, divulgou um relatório concluindo que “a operação militar (...) conduzida pelas Forças Armadas Malinesas e pessoal militar estrangeiro em Moura violou as regras do direito internacional humanitário (...), bem como normas e padrões do direito internacional dos direitos humanos” (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [ACNUDH], 2023, p.3, tradução livre)<sup>3</sup>. O Grupo de Trabalho sobre Mercenários, ligado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH), também se posicionou sobre o caso, apontando o Grupo Wagner como suspeito e afirmando que a violência do pessoal militar estrangeiro contra a população civil, que inclui, por exemplo, detenção arbitrária, tortura, desaparecimentos, execuções sumárias e violência sexual, tem acontecido com a conivência do governo, que age no sentido de ocultar essas ações, impedindo investigações ou realizando-as de forma pouco transparente (UN News, 2023a). Na mesma época, o Secretário-Geral da ONU publicou um relatório (S/2023/236) sobre a situação política no país, ressaltando o aumento da violência e criticando a atuação das forças armadas (UNSC, 2023a; ICG, 2023).

A reação das autoridades malinesas à divulgação desses documentos foi imediata. Em nota, o governo afirmou que a vila de Moura foi alvo de uma operação antiterrorista que tinha como alvo o grupo islâmico Katiba Macina, que seria ligado

---

<sup>3</sup> (...) l'opération militaire aéroportée et terrestre conduite par les Forces Armées Maliennes et les personnels militaires étrangers à Moura, le jour de la foire hebdomadaire, a été menée en violation des règles du droit international humanitaire, notamment celles relatives à la conduite des hostilités et au traitement des personnes capturées et/ou mises hors de combat, ainsi que normes et standards du droit international des droits de l'homme.

à Al-Qaeda, e negou qualquer conduta inadequada por parte dos soldados, bem como a morte de civis (ACNUDH, 2023). O governo também anunciou a abertura de uma investigação contra a equipe de especialistas do ACNUDH que apurou o caso, considerando-a suspeita de espionagem, violação de segurança nacional e conspiração estrangeira (Anistia Internacional [AI], 2023), além de afirmar que estaria conduzindo uma investigação sobre o massacre, o que nunca resultou em acusações formais ou punição pelo que aconteceu (ACNUDH, 2023). De uma forma ou de outra, o episódio agravou enormemente o desgaste na relação entre o governo e a ONU, o que culminou no pedido das autoridades malinesas de retirada imediata da MINUSMA do país, em 16 de junho de 2023 (ICG, 2023), e na aprovação desse pedido pelo CSNU, por unanimidade, duas semanas depois (UNSC, 2023b). Nos meses seguintes, a ONU conduziu a retirada do pessoal em campo e a transferência das funções realizadas pela missão, que encerrou oficialmente suas atividades em 31 de dezembro de 2023 (UN News, 2023b).

### 3. ENCERRAMENTO DA MINUSMA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA NO MALI

Durante a maior parte dos seus dez anos de presença no Mali, a MINUSMA trabalhou em parceria com o governo e manteve o foco na estabilização de grandes centros populacionais; contudo, esse período esteve longe de ser tranquilo. Apesar de todos os esforços, a volatilidade da situação de segurança no país permaneceu alta, especialmente depois de 2016, como mencionamos anteriormente, e, ao longo dos anos, o desgaste da MINUSMA foi grande, tanto em relação às autoridades locais quando em relação aos grupos armados e setores da população que percebiam sua atuação como estando exclusivamente a serviço do governo (NUPI, 2019). Isso acabou transformando o pessoal da ONU em alvo de sucessivos ataques. Como resultado, a operação é considerada uma das mais letais da história do *peacekeeping*, com 311 capacetes azuis mortos e mais de 700 feridos (UN News, 2023b), isso sem contar o pessoal sequestrado e desaparecido, ou os parceiros que não entram nos números oficiais da missão. Grande parte do pessoal uniformizado foi vítima de ataques com os chamados Dispositivos Explosivos Improvisados (IEDs), que atingiram equipes, comboios, e chegaram a ser encontrados instalados próximos a uma importante base da MINUSMA, em Kidal, em 2023. Entre 2018 e 2023, a ONU registrou 109 *peacekeepers* mortos e mais de 390 feridos apenas nesse tipo de ataque (MINUSMA, 2023a).

Quando o governo do Mali solicitou a retirada sem demora da missão de seu território e o CSNU aprovou o pedido (UNSC, 2023b), o comando da MINUSMA



começou imediatamente o processo de desmobilização, em 01 de julho de 2023, já que, tanto em termos políticos quanto práticos, as operações de paz não podem atuar em nenhum país sem o suporte e a cooperação das autoridades locais (UN News, 2023b). Ao longo de seis meses, a MINUSMA, gradualmente, retirou seu pessoal de campo e desativou ou entregou suas bases ao governo, processo que ocorreu no que a ONU classificou como “circunstâncias de segurança desafiadoras” (UN News, 2023b, tradução livre)<sup>4</sup>. Além do clima e das estradas ruins, os comboios em retirada sofreram com os ataques e ameaças constantes por parte dos grupos armados e com a falta de apoio das autoridades no processo (UN News, 2023b).

Em um episódio que ganhou notoriedade, em novembro de 2023, um comboio de mais de 800 *peacekeepers* em retirada da base de Kidal rumo a Gao não obteve as autorizações necessárias do governo para o transporte ou apoio aéreo ao deslocamento de pessoal e equipamentos, tendo sido forçado a atravessar um território hostil, em condições bastante precárias, com pouca água, comida e combustível, e sofrendo com ataques que deixaram pelo menos 37 pessoas gravemente feridas (MINUSMA 2023b). Na época, o comando da MINUSMA destacou que a retirada nessa situação longe do ideal foi vista como um mal menor, uma vez que a missão, já com suas capacidades muito reduzidas em função do processo de desmobilização, não conseguia mais proteger seu pessoal e suas instalações diante da rápida deterioração da situação de segurança e do aumento das tensões locais. Com grande parte dos suprimentos que deveriam ser destinados à base de Kidal presos em Gao desde setembro, a ONU enfrentava dificuldades para suprir necessidades básicas da tropa, que sofria com a drástica redução das reservas de água e comida, além de outros itens essenciais. De acordo com o comando da operação, “uma escolha teve que ser feita entre sair, para preservar a vida dos *peacekeepers*, ou permanecer, com a certeza de continuar a expô-los a uma situação de segurança que tinha se tornado verdadeiramente insustentável” (MINUSMA, 2023b, tradução livre)<sup>5</sup>. Nesse processo, boa parte dos equipamentos restantes, especialmente armas e munição, que não cabiam mais nos veículos, foram destruídos pelos próprios capacetes azuis, em uma medida extrema para evitar que caíssem em mãos erradas (MINUSMA, 2023b).

Apesar dos desafios, quase todo o pessoal foi retirado do Mali até 31 de dezembro de 2023, como havia sido determinado pelo CSNU e acordado com as autoridades (UNSC, 2023b). Em 01 de janeiro de 2024, a missão iniciou sua fase de liquidação, com a permanência apenas de pequenas equipes para supervisionar o transporte,

---

<sup>4</sup> “challenging security circumstances”.

<sup>5</sup> “A choice had to be made between leaving, to preserve the lives of the peacekeepers, or staying, with the certainty of continuing to expose them to a security situation that had become truly untenable”.

descarte ou doação dos últimos equipamentos da ONU e dos Estados contribuintes (UN News, 2023b). A Organização tem cobrado constantemente o apoio do governo nesse processo e ressalta que, a despeito do encerramento da MINUSMA, continuará presente no Mali por meio de seus fundos, agências e programas, dando apoio ao processo de paz (UN News, 2023b). Processo esse que, nos últimos meses, e especialmente depois do anúncio e da efetiva desmobilização da MINUSMA, tem parecido cada vez menos promissor.

De acordo com a Human Rights Watch (2024), os abusos e violações de direitos humanos têm aumentado significativamente no Mali, sendo conduzidos tanto pelos grupos armados insurgentes, especialmente as milícias islâmicas, quanto pelas forças armadas e pelo pessoal militar estrangeiro contratado pelo governo. Ainda que parte da violência desses atores seja empregada uns contra os outros, a HRW destaca que é a população civil que tem absorvido a maior parcela dos custos dessa violência de todos os lados (HRW, 2024). Os dados da ACLED sobre episódios violentos e fatalidades corroboram esse diagnóstico e mostram um aumento exponencial das mortes, inclusive de civis, desde 2021 (ACLED, 2023). Além de serem vítimas dos confrontos entre os grupos, os civis também são alvo de perseguição e execuções sumárias, acusados de apoiar um dos lados, e sofrem outros tipos de violência, incluindo espancamento, tortura, estupros, e o saqueamento de vilas (HRW, 2023; 2024). Essa violência direcionada, assim como a expulsão da população para demonstrar poder e impor autoridade sobre o território, tem sido usada indiscriminadamente, especialmente pelas milícias islâmicas, que têm rivalidades até entre si, como é o caso dos grupos ligados ao Estado Islâmico e à Al-Qaeda que atuam no país (HRW, 2024). Isso sem mencionar a carência de alimentos, itens básicos e cuidados emergenciais, e a disseminação de doenças, o que é agravado tanto pelas questões climáticas no Mali quanto pela dificuldade de acesso das equipes de assistência humanitária a boa parte de seu território, principalmente o norte e nordeste (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs [OCHA], 2024). Com tudo isso, o deslocamento populacional tem sido um problema grave e o Mali vive uma das piores crises humanitárias dos últimos anos, com mais de 30% de sua população necessitando de assistência humanitária urgente (HRW, 2023b; International Rescue Committee [IRC], 2024). Com a saída da MINUSMA, o trabalho humanitário também fica mais difícil na maior parte das regiões, o que precariza ainda mais a situação dos civis (International Peace Institute [IPI], 2023; IRC, 2024).

A violência empregada pelas forças armadas e seus parceiros para alcançar seus objetivos também tem sido alarmante e as operações de contrainsurgência, sobretudo as conduzidas em parceria com o Grupo Wagner, no norte, nordeste e centro do Mali, têm sido marcadas por abusos e violações de direitos humanos. Esse comportamento

se intensificou mediante o processo de desmobilização da MINUSMA, que, segundo a HRW (2023b), impactou negativamente os esforços de monitoramento e investigação dos abusos relacionados ao conflito e das próprias atividades do governo e seus parceiros. De acordo com os dados da ACLED (2023), as mortes envolvendo ações do exército aumentaram 8 vezes no período de 2021 a 2023 e as ações das forças armadas costumam ser mais violentas quando apoiadas pelo Grupo Wagner. Em um relatório publicado em 2022, a ACLED afirma que 71% do engajamento do pessoal militar do Grupo Wagner em episódios de violência política no Mali tomou a forma de violência direcionada a civis, sendo que parte significativa dessas ações foi realizada em parceria com as forças armadas. Quando as forças armadas agem sozinhas, a violência direcionada a civis corresponde a menos de 20% dos episódios nos quais o Estado se envolve em violência política (ACLED, 2022), o que também não é um número baixo, e coloca as forças armadas entre os dez principais responsáveis por mortes no país (ACLED, 2023). Desde agosto de 2023, logo depois que a MINUSMA começou a se retirar, o governo e o pessoal militar privado ligado ao Grupo Wagner intensificaram a ofensiva contra as milícias islâmicas no norte, recorrendo inclusive a ataques com *drones* na região de Kidal, que afetaram milhares de civis e forçaram seu deslocamento. Em dezembro, as forças armadas anunciaram a tomada da cidade, que tem sido uma base historicamente importante para os grupos tuaregues (HRW, 2024b).

A escalada da violência, entre outras coisas, sinaliza um comprometimento ainda menor das partes com os frágeis acordos de paz negociados ao longo dos anos de presença da MINUSMA. Como evidência disso, tão logo a retirada da missão foi concluída, já em janeiro de 2024, representantes da junta militar que governa o Mali anunciaram o fim do acordo de paz de 2015 com os grupos separatistas armados. A justificativa dada foi a suposta mudança de postura desses grupos em relação aos termos do acordo, e seu envolvimento em atividades terroristas. O governo do Mali também acusa a Argélia, um dos principais mediadores do acordo, de ter assumido uma postura hostil e de estar abrigando suspeitos de envolvimento em ataques terroristas em seu território (HRW, 2024b). Esses acontecimentos recentes têm contribuído para isolar ainda mais o país politicamente e dificultar todo e qualquer esforço de proteção da população civil.

#### 4. FUTURO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DE ESTABILIZAÇÃO

Como mostramos até aqui, é possível afirmar que o encerramento precoce da operação no Mali é resultado de uma combinação de fatores bastante diversos, que passam pelas características singulares do conflito e da atual conjuntura política do

país, por falhas no processo de implementação do mandato da MINUSMA, mas também, e de forma significativa, pelos limites do modelo de estabilização adotado em operações de paz recentes. Nesse sentido, é perceptível que a decisão da ONU de apoiar o governo acabou favorecendo sua posição de forma desproporcional, o que, em especial depois dos golpes de estado pelos quais o país passou, fortaleceu um projeto político autoritário que se mostrou disposto não só a combater muito violentamente seus opositores, como também a trabalhar no sentido de se livrar dos compromissos e restrições que a presença internacional em seu território representava.

Por um lado, o apoio da MINUSMA e de seus parceiros, incluindo a operação Barkhane, foram fundamentais para que o governo alcançasse vitórias militares decisivas para a retomada do controle de parte importante do território, o que levou a uma redução dos episódios violentos e das fatalidades nos anos iniciais (ACLED, 2023) e gerou uma impressão de sucesso do modelo, como se a estabilização estivesse, de fato, representando um primeiro passo no que seria um caminho de construção da paz. Por outro lado, como ficou óbvio nos anos seguintes, mesmo nessas áreas a estabilidade alcançada era frágil e, principalmente, nunca se estendeu à totalidade do território, assemelhando-se ao que Barrera (2015), fazendo referência ao caso do Congo, chamou de “ilhas de estabilidade” em meio a um “pântano de insegurança”. Mais do que isso, o fortalecimento da posição do governo, em vez de contribuir para fazer avançar um processo político de resolução do conflito, parece ter funcionado como um desincentivo para que as autoridades procurassem equacionar divergências com seus opositores e criar arranjos capazes de auxiliar a construção da paz de longo prazo, como fica evidente, por exemplo, no frágil desenho do Acordo de Algiers, no descaso com seu cumprimento (The Carter Center, 2023) e, mais recentemente, no anúncio unilateral de fim do acordo por parte da junta militar que governa o Mali (HRW, 2024b), como discutimos na seção anterior.

Assim, a despeito do fortalecimento da posição do governo central e da presença internacional, grupos insurgentes continuam a existir e a dominar parte importante do território. Nessas áreas, os enfrentamentos constantes com o exército, e mesmo com os *peacekeepers* e seus aliados, continuaram atingindo significativamente a população civil, que não só se vê em meio aos combates muita frequência, como também torna-se alvo da violência de grupos rivais, acusada de fornecer apoio a um ou outro, é sistematicamente expulsa de suas terras, ou as vê saqueadas em meio às disputas por recursos econômicos e controle do território (HRW, 2023b; ACNUDH, 2023; AI, 2023; IRC, 2024), como indica o mencionado massacre ocorrido na vila de Moura e tantos outros episódios documentados pela ONU, organizações não-governamentais, como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional, e institutos de pesquisa como a ACLED ou o International Crisis Group, por exemplo. Essa situação dificultou

enormemente os esforços de monitoramento e proteção dos direitos humanos e até mesmo a chegada de assistência humanitária durante o período de atuação da MINUSMA (ACNUDH, 2023) e parece estar sendo agravada pela sua saída (HRW, 2023c; IRC, 2024). Somando-se a isso a carência de alimentos e água, intensificada pelas severas condições climáticas do Mali, e as epidemias de doenças, inclusive a Covid-19, a crise humanitária do país toma proporções cada vez mais graves, o que se reflete em um número expressivo de pessoas deslocadas internamente ou buscando refúgio em outros países (HRW, 2023a; OCHA, 2024; IRC, 2024).

A instabilidade política e a violência, aliás, têm afetado bastante os vizinhos, especialmente Burkina Faso e Níger (OCHA, 2023), além de provocar o desgaste das relações entre o Mali e outros países próximos, como a Argélia (HRW, 2024b), ou distantes, como os membros da União Europeia e dos Estados Unidos, que frequentemente se manifestam contra a atuação do governo, muito em função dos laços com o Grupo Wagner (ICG, 2023c). Como foi discutido, a postura do governo malinês, hoje liderado por uma junta militar, de suas forças armadas e do pessoal contratado para apoiar suas atividades também foi bastante criticada pela própria ONU (ACNUDH, 2023), o que contribuiu para o desgaste dessa relação ao longo dos anos (ICG, 2022; ACLED, 2022) e, mais recentemente, para o pedido de retirada imediata da MINUSMA.

Considerando tudo o que foi discutido, o caso do Mali pode ser interpretado como evidência da pertinência das críticas apresentadas por parte da literatura que discute operações de paz, trabalhadas na primeira seção deste artigo, ao modelo de estabilização empregado nas operações mais recentes. De fato, o trabalho da MINUSMA ao longo dos anos se assemelhou muito mais a um processo de imposição da paz (*peace-enforcement*) do que de construção da paz (*peacebuilding*), como apontam Tull (2017), Howard (2019) e Hunt (2017), por exemplo. Isso fica óbvio não só pelo caráter fortemente militarizado da operação e pelo uso robusto da força, como também pela ausência de projetos significativos de reconstrução institucional e de infraestrutura do Estado, de desenvolvimento e mesmo dos esforços tímidos realizados no sentido de fazer avançar o processo político de resolução do conflito. Essa situação também se encaixa no argumento defendido por De Coning (2023) de que o modelo de estabilização acabaria criando uma armadilha para as operações de paz: quanto mais elas apoiam os governos, priorizando a estabilização por meios militares, e atuam em locais onde não há processos políticos viáveis em curso, menos são capazes de contribuir, de fato, para a estabilidade no longo prazo e para a proteção de civis, como seus mandatos sinalizam.

Além disso, como sugere Karlsrud (2018), a ONU acaba sendo vista como parte do próprio conflito, o que mina sua credibilidade junto aos atores envolvidos e à população local, de forma geral, e acaba transformando os capacetes azuis e seus parceiros em alvo da violência. No caso do Mali, podemos dizer que a MINUSMA não só perdeu credibilidade junto à população e sofreu com ataques de grupos insurgentes como, no limite, se transformou em um alvo político do próprio governo, que passou a trabalhar consistentemente para minar sua atuação, até o ponto de solicitar sua retirada. Tudo isso aconteceu, como demonstramos ao longo do artigo, enquanto a instabilidade política no Mali voltava a crescer, alimentando uma escalada de violência que afeta a população civil de forma ainda mais alarmante do que era observado em 2013 (ACLED, 2023), quando o desdobramento da operação foi autorizado pelo CSNU.

É claro que a situação do Mali hoje não pode ser atribuída apenas ao modelo de estabilização adotado pela MINUSMA ou a qualquer falha de seus agentes em campo na implementação desse modelo. A complexidade da situação política do país, que envolve uma herança colonial extremamente violenta, condições ambientais muito desfavoráveis - agravadas pelas mudanças climáticas recentes -, disputas históricas por recursos, territórios e representação política, além de conflitos étnicos e religiosos alimentados ao longo dos anos por diversos atores (Duarte et al., 2019), já constitui, em si mesma, um desafio de grandes proporções para qualquer esforço de construção da paz, independentemente do que a MINUSMA pretendia ou foi, de fato, capaz de realizar. No entanto, se nossa intenção é propor um debate que leve em conta o futuro do *peacekeeping* como instrumento de gestão de conflitos que possa contribuir para a paz e a segurança internacionais, como seus idealizadores pretendiam, não podemos deixar de considerar que os desdobramentos do emprego do modelo de estabilização nas missões contemporâneas apresenta falhas graves que têm comprometido sua capacidade de cumprir mesmo os objetivos destacados em seus mandatos, que já podem ser considerados pouco ambiciosos quando comparados, por exemplo, às operações multidimensionais realizadas anos antes, refletindo muito mais uma lógica de contenção do que propriamente de resolução dos conflitos armados (Duarte et al., 2022).

Nesse sentido, é importante lembrar que boa parte dos elementos que apontamos aqui, além de estarem presentes no Mali, também aparecem nos outros dois países onde hoje há operações de estabilização em curso, a República Democrática do Congo e a República Centro-Africana. Em ambos os casos, a despeito da redução inicial dos índices de violência, a MONUSCO e a MINUSCA, respectivamente, tiveram pouco sucesso no sentido de contribuir para fazer avançar processos políticos de resolução. Depois de cerca de uma década de trabalho, golpes militares, governos autoritários,

aumento do número e da violência da ação armada de grupos insurgentes (IPI, 2023b; UN News, 2022; ACLED, 2023) e respostas cada vez mais violentas dos governos, inclusive com recurso à contratação de pessoal militar privado para dar apoio às ofensivas contra seus opositores (ACLED, 2022), são parte da realidade também nesses países. Recentemente, em especial na RDC, esses fatores têm acentuado o desgaste entre o governo e a ONU e, em novembro de 2023, levaram à assinatura de um acordo que prevê o desengajamento da MONUSCO (MONUSCO, 2023; Fédération Internationale pour les Droits Humains [FIDH], 2023). Mais do que isso, tanto na RDC quanto na RCA, a população civil continua a sofrer com a violência, em meio a crises humanitárias cuja solução parece cada vez mais distante (CARE International, 2024; OCHA, 2024b; OCHA, 2023b). Apesar de não termos discutido esses casos aqui, a menção às tendências verificadas neles por outros autores parece reforçar nosso argumento acerca da necessidade de uma discussão mais ampla sobre a proposta de estabilização das operações contemporâneas e os efeitos disso tanto em situações particulares, como a do Mali, quanto para o futuro das missões de paz de forma geral.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos o processo que levou à decisão da ONU de encerrar as atividades da MINUSMA, operação de paz em curso no Mali entre 2013 e 2023, e fizemos uma breve análise da conjuntura de retirada das tropas, procurando responder a um questionamento inicial sobre os efeitos do encerramento da missão sobre o processo político no Mali e as perspectivas de proteção de civis. Nossa hipótese de trabalho era que a retirada da operação dificulta o estabelecimento de acordos entre o governo e os grupos insurgentes, o que afeta negativamente as perspectivas de proteção da população civil no país, uma vez que, sem a presença internacional, o governo local tem menos incentivos para negociar com seus opositores um processo de paz e mais liberdade para aprofundar parcerias que ampliam sua capacidade ofensiva contra eles, como acontece com o Grupo Wagner, o que acaba motivando respostas também mais violentas. A saída da ONU também dificulta o monitoramento e investigação de abusos e violações de direitos humanos, e a prestação de assistência humanitária em boa parte do território, tornando ainda mais frágeis as condições de vida da população local.

Com base na análise qualitativa de dados sobre o desempenho da MINUSMA, o processo de encerramento da missão a situação política no país hoje, com foco na ocorrência de episódios violentos e fatalidades, em possíveis avanços relacionados ao processo político de resolução do conflito, e à proteção de civis, é possível concluir

que essa hipótese é pertinente. Entretanto, é importante ressaltar que todas essas dificuldades já vinham sendo enfrentadas, em larga medida, ao longo dos dez anos de atuação da operação, especialmente nos últimos. De qualquer maneira, o encerramento definitivo das atividades, como mostramos, parece estar contribuindo para o agravamento de todos esses problemas.

Mais do que isso, a análise realizada ao longo do artigo sugere que o encerramento da MINUSMA e a situação enfrentada pelo Mali hoje, ainda que não possam ser integralmente atribuídas a isso, parecem estar relacionadas ao modelo de estabilização adotado pela missão, que se apresenta muito mais como uma proposta de contenção do que propriamente de resolução do conflito armado. Dessa forma, consideramos que o estudo deste caso pode contribuir em um debate mais amplo sobre os rumos contemporâneos do *peacekeeping* da ONU e suas perspectivas futuras, especialmente considerando as semelhanças entre o que aconteceu no Mali e o que a literatura tem sugerido sobre o que acontece hoje na RDC e na RCA, apesar de esses casos não terem sido discutidos neste artigo.

Além do modelo de estabilização em si, a saída precipitada da MINUSMA do Mali pode ter impactos sobre o compromisso dos Estados-membro da ONU com as operações de paz no longo prazo, e inclusive contribuir para agravar a chamada “crise de liquidez” que essas operações vêm enfrentando nos últimos anos, diante dos atrasos nos pagamentos ou mesmo da diminuição das contribuições financeiras para as operações de paz e da perda de apoio político para esse tipo de projeto. Por outro lado, essa crise e a ampla discussão sobre as falhas do modelo de estabilização, especialmente à sua semelhança com a lógica do contraterrorismo adotada pelos Estados Unidos e seus aliados em casos como o do Afeganistão e do Iraque, podem também levar a um momento de rediscussão e reinvenção do *peacekeeping*, como já aconteceu no passado diante de crises até mais severas. Talvez seja esse o caminho.

## 6. REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. (2023, maio). *Rapport sur les évènements de Moura du 27 au 31 mars 2022*. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/countries/mali/20230512-Moura-Report.pdf>
- Anistia Internacional. (2023, 17 de maio). *Mali: The perpetrators of the Moura massacre must be prosecuted and tried by a competent court*. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/05/mali-les-auteurs-des-tueries-a-moura-doivent-etre-poursuivis-et-juges-devant-un-tribunal-competent/>
- Armed Conflict Location and Event Data Project. (2022, 30 de agosto). *Wagner Group Operations in Africa: Civilian Targeting Trends in the Central African Republic and*



- Mali. <https://acleddata.com/2022/08/30/wagner-group-operations-in-africa-civilian-targeting-trends-in-the-central-african-republic-and-mali/>
- Armed Conflict Location and Event Data Project. (2023). *Data*. <https://www.acleddata.com/data/>
- Barrera, A. (2015). The Congo Trap: MONUSCO Islands of Stability in the Sea of Instability. *Stability: International Journal of Security and Development*, 4(1), 1-16. <https://doi.org/10.5334/sta.gn>
- CARE International. (2024, 19 de fevereiro). *Humanitarian crisis escalates in Eastern Democratic Republic of Congo due to renewed clashes and flooding*. <https://www.care-international.org/news/humanitarian-crisis-escalates-eastern-democratic-republic-congo-due-renewed-clashes-and>
- Duarte, G., Andrade, L. Souza, M. e Balestrini, A. (2019). “It may look like war, but it’s peacekeeping”: a MINUSMA e o Processo de Paz no Mali. *Conjuntura Internacional*, 16(8), 28-40. <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2019v16n1p28>
- Duarte, G., Carvalho, L. e Souza, M. (2022). Entre a contenção e a resolução: desafios históricos e contemporâneos das operações de paz da ONU. Em Duarte, G. e Carvalho, L. (Eds.), *Azul da cor da paz? Perspectivas e debates sobre as operações de paz da ONU*. Editora PUC Minas.
- Fédération Internationale pour les Droits Humains (2023, 21 de dezembro). *Protecting civilians and human rights, the main concern as MONUSCO withdraws from DRC*. <https://www.fidh.org/en/region/Africa/democratic-republic-of-congo/protecting-civilians-and-human-rights-the-main-concern-as-monusco>
- Howard, L. (2019). *Power in Peacekeeping*. Cambridge University Press.
- Human Rights Watch. (2023). *World Report 2023*. Mali. <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/mali>
- Human Rights Watch. (2023b, 13 de julho). *Mali: Mounting Islamist Armed Group Killings, Rape*. <https://www.hrw.org/news/2023/07/13/mali-mounting-islamist-armed-group-killings-rape>
- Human Rights Watch. (2023c, 30 de junho). *UN Peacekeeping Mission in Mali to End*. <https://www.hrw.org/news/2023/06/30/un-peacekeeping-mission-mali-end>
- Human Rights Watch. (2024a). *Mali*. <https://www.hrw.org/africa/mali>
- Human Rights Watch. (2024b, 26 de janeiro). *Mali’s Peace Deal Ends*. <https://www.hrw.org/news/2024/01/26/malis-peace-deal-ends>
- Hunt, C. (2017). All necessary means to what ends? the unintended consequences of the robust turn in UN peace operations. *International Peacekeeping*, 24(1), 108-131. <https://doi.org/10.1080/13533312.2016.1214074>
- International Crisis Group. (2022, 1 de dezembro). *MINUSMA at a Crossroads*. <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/minusma-crossroads>
- International Crisis Group. (2023a, 27 de junho). *Ensuring MINUSMA’s Smooth Departure from Mali*. <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/minusma-negocier-un-depart-sans-accroc>

- International Crisis Group. (2023b, 10 de julho). *What future for UN Peacekeeping in Africa after Mali shuts its mission?* <https://www.crisisgroup.org/global-mali/what-future-un-peacekeeping-africa-after-mali-shutters-its-mission>
- International Crisis Group. (2023c, 9 de fevereiro). *Mali: Avoiding the Trap of Isolation*. <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/b185-mali-eviter-le-piege-de-lisolement>
- International Peace Institute. (2023a, 6 de julho). *As Peacekeeping Exits Mali, the Transition Is a New Opportunity for the UN*. <https://theglobalobservatory.org/2023/07/as-peacekeeping-exits-mali-the-transition-is-a-new-opportunity-for-the-un/>
- International Peace Institute. (2023b, 30 de maio). *Why Congo's M23 Crisis Lingers On?* <https://theglobalobservatory.org/2023/05/why-congos-m23-crisis-lingers-on/>
- International Rescue Committee. (2024, 2 de fevereiro). *Mali: humanitarian conditions worsen as over 4,000 new IDPs arrive this week in Menaka, warns IRC*. <https://www.rescue.org/press-release/mali-humanitarian-conditions-worsen-over-4000-new-idps-arrive-week-menaka-warns-irc>
- MINUSMA – United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali. (2023a, 22 de novembro). *Minusma's Nepalese Explosive Ordnance Disposal company: Heroes behind safe convoys in Mali*. <https://minusma.unmissions.org/en/minusma%E2%80%99s-nepalese-explosive-ordnance-disposal-company-heroes-behind-safe-convoys-mali>
- MINUSMA – United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali. (2023b, 10 de novembro). *Odyssey of the last MINUSMA Convoy from Kidal to Gao*. <https://peacekeeping.un.org/en/odyssey-of-last-minusma-convoy-kidal-to-gao>
- MONUSCO – United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo. (2023, 22 de novembro). *The government of the DRC and MONUSCO sign a disengagement plan for the withdrawal of the mission*. <https://monusco.unmissions.org/en/pr-government-drc-and-monusco-sign-disengagement-plan-withdrawal-mission>
- Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2023, 16 de outubro). *Burkina Faso, Mali & Western Niger: Humanitarian Snapshot*. <https://reliefweb.int/report/burkina-faso/mali-western-niger-humanitarian-snapshot-16-october-2023>
- Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2023b). *Humanitarian Needs Overview 2023: Central African Republic*. <https://www.unocha.org/central-african-republic>
- Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2024a). *Mali 2024: Besoins Humanitaires et Plan de Réponse*. <https://www.unocha.org/mali>
- Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2024b). *Aperçu des Besoins Humanitaires: République Démocratique du Congo*. <https://www.unocha.org/democratic-republic-congo>
- ONU News. (2022, 16 de agosto). *Piora a situação de direitos humanos no Mali*. <https://news.un.org/pt/story/2022/08/1798172>
- The Carter Center. (2023). *Observing the 2015 Mali Peace Agreement*. [https://www.carter-center.org/peace/conflict\\_resolution/mali-io.html](https://www.carter-center.org/peace/conflict_resolution/mali-io.html)

- Tull, D. (2017). The limits and unintended consequences of UN peace enforcement: the Force Intervention Brigade in DR Congo. *International Peacekeeping*, 25(2), 167-190. <https://doi.org/10.1080/13533312.2017.1360139>
- UN News. (2023a, 31 de janeiro). *Mali: Independent rights experts call for probe into Wagner Group's alleged crimes*. <https://news.un.org/en/story/2023/01/1133007>
- UN News. (2022, 5 de agosto). *Central African Republic: Militias spreading 'terror, insecurity', must lay down arms*. <https://news.un.org/en/story/2022/08/1124092>
- UN News. (2023b, 31 de dezembro). *Last UN peacekeepers poised for complete withdrawal from Mali*. <https://news.un.org/en/story/2023/12/1145207#:~:text=Since%201%20July%2C%20MINUSMA%20has,will%20have%20completed%20its%20drawdown.>
- UN News. (2023c, 8 de novembro). *Mali: UN convoy concludes treacherous 350 kilometre journey*. <https://news.un.org/en/story/2023/11/1143372>
- UN Peacekeeping. (2023). *MINUSMA*. <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusma>
- United Nations Security Council. (2013, 25 de abril). *S/RES/2100. Resolution 2100 (2013)*. [https://undocs.org/S/RES/2100\(2013\)](https://undocs.org/S/RES/2100(2013))
- United Nations Security Council. (30 de março de 2023a). *S/2023/236. Situation in Mali: Report of the Secretary-General*. [https://minusma.unmissions.org/sites/default/files/s\\_2023\\_236-en.pdf](https://minusma.unmissions.org/sites/default/files/s_2023_236-en.pdf)
- United Nations Security Council. (2023b, 30 de junho). *S/RES/2690. Resolution 2690 (2023)*. [https://minusma.unmissions.org/sites/default/files/res\\_2690\\_2023\\_en.pdf](https://minusma.unmissions.org/sites/default/files/res_2690_2023_en.pdf)

Fecha de recepción: 2 de abril de 2024  
Fecha de aprobación: 12 de mayo de 2024